

Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Coimbra, Universidade do Minho/Grácio Editor, 2011, 232 p.



Comunidade e cultura são os grandes eixos em torno dos quais se podem agenciar os textos reunidos nesta obra. São textos que reflectem um percurso de pensamento que avança mediante uma reflexão demorada, persistente e cuidadosa e um deslocamento de incidências sem, contudo, se afastar de uma investigação sobre a natureza do sentido entendido como algo de imanente às práticas sociais.

Se retrocedermos no tempo, vemos que deste percurso fazem parte obras como *O Olho de Deus no Discurso Dalazarista* (1990), *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade* (1996), *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2002). No entanto, se quisermos balizar especificamente o trajecto que nos é apresentado na presente obra, diremos que, partindo ainda da questão dos poderes da palavra e da magia da linguagem, entendida esta no quadro de uma racionalidade sociológica, as reflexões de Moisés de Lemos Martins se vão progressivamente deslocando para uma meditação sobre o modo como a técnica, investindo cada vez mais o humano, conduz à transição de uma civilização fundada sobre a palavra para uma cultura onde a imagem assume a predominância.

Uma das características das reflexões apresentadas neste livro consiste no facto de o autor partir de um diagnóstico dos tempos que correm. Ora, que diagnóstico é este? Podemos elencar, como aspectos essenciais, os seguintes:

1. Os nossos tempos são tempos de crise e, mais precisamente, de crise do humano. Tal significa que os modos de vida actuais se divorciaram das grandes categorias em torno das quais se organizava tradicionalmente o sentido.

Assim, o que hoje nos é dado a observar – mas que há mais de cem anos levava Nietzsche a proclamar a morte de Deus – é que as nossas práticas já não são sustentadas por uma ideia fundacionalista da razão e da verdade. As grandes narrativas fundadoras já não produzem efeitos de ordem. É certo que à ideia fundacionalista, solidária de categorias metafísicas, sucedeu-se, por breves momentos, uma visão hermenêutica e retórica da racionalidade que, mais que enfatizar o nosso assenhoreamento relativamente à História, realçava que a vida humana a ela está exposta (e quem diz história, diz temporalidade). Parece contudo que o paradigma da historicidade, solidário de uma visão da experiência humana como experiência da finitude, foi entretanto triturado e rapidamente entrou em falência. Moisés de Lemos Martins não se cansa de assinalar este aspecto: vivemos hoje a crise da historicidade e o tempo perdeu todos os seus acentos, submetido que foi à aceleração tecnológica que no-lo confisca e que cada vez mais rasura a alteridade constitutiva da nossa condição histórica, instalando assim o retorno do trágico como imaginário da nossa era e a melancolia como expressão de uma vida que chafurda sem esperança no quotidiano.

2. É também a imagem tecnológica do pensamento e a mediação tecnológica das práticas humanas que está na origem de uma sociedade de comunicação generalizada, configurada como mercado global, na qual o conhecimento e a sabedoria se vêem reconduzidos ao supremo valor de informação e se aliam à tirania operativa do funcional que, ao valorizar os meios e ao substituir a ideia de finalidade pela de objectivo, nos conduzem a uma sociedade de meios sem fins na qual as ideias de outro, de comunidade e de promessa sucumbem à formatação do pragmático-funcional. Cada vez menos pensamos os meios em função daquilo que valorizamos comunitariamente e a que axiologicamente aspiramos e cada vez mais operamos em função dos meios que aparelham as nossas práticas sociais, o que permite convocar as ideias como «grande censura» ou «íntimo terror» para caracterizar o mal-estar da nossa actual civilização, na qual a diferença se vê sistematicamente absorvida pelo caldo do mesmo e a democracia se vai progressivamente abastardando.

3. A nossa cultura actual caracteriza-se, também, pela dissolução da ordem ideológica e da organização de ideias como sistemas vitais, como formas de vida, em detrimento de uma ordem sensológica que dilui e esgota a vida na procura de sensações e que, tornando-a sedenta do sensacionalismo, a torna cativa dos meios que mobilizam a atenção e manipulam o olhar. Vai nesse sentido a estetização do quotidiano e a aliança que se verifica entre o *bios* e a *teckné* presente nas biotecnologias. Mas, também, a diluição do que seja

acontecimento em notícia, sendo que esta, banalizando, parasita e vampiriza o sonho de populações inteiras.

Os temas abordados a partir deste diagnóstico são diversos e dirigem-se à evidenciação dos sintomas: a forma como vivemos o quotidiano, as políticas culturais, a ideia de cidadania, a dominância de razão liberal, a invasão e autotelização das imagens, a metalização dos corpos, o *sex appel* do inorgânico, a formatação do imaginário, o papel dos *media*, a virtualização da realidade.

Acresce dizer que a forma como o rol de assuntos acima referido é reflectido denota por parte do autor uma ambivalência estratégica: se, por um lado, desenvolve uma contundente hermenêutica relativamente ao mundo em que vivemos, por outro não deixa de acenar com a esperança de uma «comunidade a vir». É irrelevante falar, a este propósito, em pessimismo ou em optimismo. Parece-nos, sim, que a ambivalência tensional que é praticada neste livro não é sem relação com a forte convicção de que só assim se pode contribuir, hoje, e na prática, para a apropriação da nossa condição histórica e, desse modo, contrariar a tendência de um quotidiano cada mais demissionário por efeitos anestésicos que apenas reconhecem o humano porquanto lhe vigiam o sono. A estratégia tensional do autor é, pois, uma estratégia de desassossego e uma política de resistência. Ora é justamente isso que se impõe quando a letargia da acção e a dormência do pensamento se insinuam como um ponto sem retorno.

Rui Alexandre Grácio